



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13917 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O PÚBLICO E O PRIVADO NA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM GOIÁS: AS CONTRADIÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS

Ana Paula Borges Chagas - UEG-PPGE - Universidade Estadual de Goiás

Renata Ramos da Silva Carvalho - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O PÚBLICO E O PRIVADO NA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM GOIÁS: AS CONTRADIÇÕES DAS "CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS"

RESUMO: A pesquisa em desenvolvimento busca analisar a influência das contribuições voluntárias no financiamento dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás - CEPMGs, estabelecendo comparações com demais colégios estaduais. Tal análise será feita por meio de pesquisa documental, especificamente dos documentos e legislações que implementaram e organizaram os CEPMG, dos termos de cooperação técnica e da prestação de contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). Para fundamentação teórica conta-se com os estudos sobre militarização da educação, público e privado e financiamento.

Palavras-chave: Escolas Militarizadas, Público-privado, Financiamento, Goiás

A presente pesquisa, em andamento, busca compreender o impacto das contribuições voluntárias no financiamento dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). A pesquisa de natureza qualitativa, possui caráter documental e bibliográfica, tendo como corpus documental os Termos de cooperação técnica entre Secretaria do Estado de Educação,

Cultura e Esporte e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Polícia Militar do Estado de Goiás, e as prestações de contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e dados e informações estatísticas sobre as matrículas disponíveis no Laboratório de dados educacionais. A problemática desta pesquisa é definida como: As contribuições voluntárias, pagas pelas famílias, aos CEPMG representam um diferencial na qualidade da educação ofertada pelo Colégio?

A pesquisa se propõe a analisar o impacto no incremento do financiamento dos CEPMGs que são arrecadados por meio das contribuições voluntárias, referidas nos termos de cooperação técnica e no regimento escolar disponível no site do comando de ensino.

É importante ressaltar que existem diferentes escolas com diferentes gestões militares, como aponta Santos e Cara (2020), academias voltadas para a formação de militares, colégios de educação básica voltados para os dependentes dessas corporações e que possuem verba específica da área de segurança pública.

Exército, Corpos de Bombeiros, Polícias Militares, geridos e financiados por essas corporações, com recursos da área de segurança. Dentre estas instituições existem as que são voltadas para formação dos integrantes das corporações, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Sargentos das Armas (ESA), ambas do Exército Brasileiro e as escolas de educação básica, criadas para atender os dependentes dos integrantes das corporações, além dos demais cidadãos que têm acesso a uma parte das vagas, por meio de processo seletivo. (SANTOS; CARA, 2020, p.176)

Deste modo, por se tratar de um número ínfimo de escolas que buscam atender exclusivamente os dependentes de militares e por possuírem a possibilidade de contar com a verba da Segurança Pública, o valor destinado a essas escolas é abundante. Por exemplo os Colégios do exército, que são 14 unidades em todo país, contam com uma verba anual por aluno de aproximadamente R\$ 21.800,00 (ROMANY, 2018), esse valor é superior a verba anual por aluno das demais escolas públicas estaduais, e até mesmo sobre a verba destinada aos chamados colégio aplicação que recebem verba direto das Universidades Públicas. Pinto (2015), ao realizar uma análise sobre o Custo Aluno Qualidade (CAQ) do Colégio Aplicação da Universidade de Viçosa (UFV) e de escolas estaduais regulares do estado, obteve o valor anual destinado por aluno, em 2012, de R\$ 12.400,00 para o colégio aplicação e de R\$ 2.349,00 destinado pelo Fundeb, às demais públicas.

Os CEPMG não são escolas exclusivas para dependentes de militares, como as apresentadas anteriormente, nem são construídas com a intenção de serem militares, o que ocorre é a entrega de escolas públicas estaduais em funcionamento às corporações da polícia

militar ou corpo de bombeiros como apresenta Reis *et al* (2019). Ou seja, não há um aumento do número de escolas e sim uma mudança na gestão de escolas públicas já existentes que são destinadas a civis.

Alves, Toschi e Ferreira (2018), analisando essa militarização em Goiás, apontam que o Estado se esquivava de seu dever social ao realizar a militarização, uma vez que essa escola é excludente, devido a cobrança de contribuições voluntárias, obrigatoriedade da utilização de fardas e possibilidade de expulsão da escola. Essas características estabelecem uma diferenciação entre as escolas públicas regulares e as escolas militarizadas.

O modelo de escola militarizada é apresentado à sociedade, por seus defensores, como uma alternativa de salvação da escola pública, sendo destacado sua qualidade, segurança, seus valores de disciplina e ordem. Essa proposta aparenta solucionar todos os dilemas da escola pública, institucionalizando assim o imaginário da superioridade da escola militarizada frente à escola pública regular. O financiamento de escolas militares e militarizadas necessita de aprofundamento para uma melhor compreensão crítica sobre o que sustenta essa qualidade anunciada, sobretudo em relação aos CEPMG, que recebem verbas do Estado como as demais escolas públicas estaduais e as doações realizadas pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), constituindo assim um diferencial em seu financiamento.

Os resultados parciais obtidos consistem em termos de cooperação técnica e na prestação de conta disponível online de um CEPMG localizado na cidade de Caldas Novas de Goiás, onde foi criado uma espécie de categorias para os sócios, a primeira categoria é definida como sócio uma estrela, onde é realizada doações mensais de até R\$ 50,00 e assim sucessivamente até a última categoria que possui quatro estrelas e equivale a contribuição de R\$ 120,00. Neste endereço online é informado toda a prestação de contas do período de 2019 a 2022, se utilizarmos o ano de 2019 como referência, uma vez que este foi o último ano de funcionamento regular, antes de se implantar o ensino remoto emergencial, o CEPMG Nivo das Neves apresentou uma receita de 662,953,00 reais que pôde ser utilizada de maneira livre, uma vez que essa receita não depende da burocracia e/ou prestação de contas ao Estado, por ser proveniente de doações. No próprio site é apresentado que a APMF, mantém a contratação de alguns profissionais como Professora de Apoio e Canto-Coral, Professor de Dança e Música, Assessor Jurídico, Enfermeiro Socorrista, Técnico em Informática e Programação, Técnico em Ciências Contábeis - Tesoureiro da APMF e Fiscais de Disciplina.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A Expansão Dos Colégios Militares em Goiás e a Diferenciação na Rede Estadual. **Retratos Da Escola**, V. 12, P. 271, 2018. DOI <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, De 20 de Dezembro De 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 25 ago.2021

Goiás, Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás. Regimento Escolar Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/regimento-interno/> . Acesso em 25 marc. 2022

PINTO, José Marcelino Rezende.O Fundeb na perspectiva do custo aluno qualidade. Revista Em Aberto, v.28, p.101-117, 2015. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.28i93.2460>. Acesso em: 31 mar. 2023.

REIS, Livia Cristina Ribeiro; ALVES, Miriam Fábria; SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; SILVA, Frederiko Luz; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Militarização de escolas públicas e o governo Bolsonaro. **Revista de educação, ciência e tecnologia do IFG**, v. 4, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://revistas.ifg.edu.br/tecnica/article/view/744>. Acesso em 25 ago.2021

RÔMANY, Italo.Bolsonaro que um colégio militar em cada capital até 2020.**UOL**. São Paulo:20 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/09/20/eleicoes-bolsonaro-promessa-educacao-colegio-militar-cada-capital-2020.htm?cmpid=copiaecola>.Acesso em 31 mar. 2023

SANTANA, Vitor. Pais questionam cobrança de taxas de matrícula e mensalidade em colégios militares em Goiás. **G1**. Goiás:13/12/2017. Disponível em : <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/pais-questionam-cobranca-de-taxas-de-matricula-e-mensalidade-em-colegios-militares-em-goias.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida.; CARA,Daniel Tojeira. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento da educação como um direito à educação como privilégio. In: MENDONÇA, S. G. de L.; MIGUEL, J. C.; MILLER, S.; KÖHLE, E. C. (org.). **(De)formação na escola: desvios e desafios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-26-2.p167-190>. 31 mar. 2023